

INTRODUÇÃO

O NOVO “SOCIAL”: PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E CRISE DO TRABALHO.

Anete Brito Leal Ivo*

O eixo central deste volume pretende oferecer aos leitores algumas questões relativas ao **processo de globalização e às condições de realização do trabalho nas sociedades contemporâneas**.

Não se pretende, aqui, descrever estes processos, seus determinantes e suas formas de manifestação, mas considerar, sobretudo, questões relativas à emergência de um novo padrão de mudança e coesão sociais que resultam desta nova ordem global.

Neste sentido, a pluralidade das contribuições que integram este **dossiê** instiga o leitor ao **diálogo**. Diálogo no **tempo**, pela contemporaneidade das problemáticas tratadas e pelo caráter continuado das reflexões aqui apresentadas¹. Uma temporalidade, portanto, que considera o caráter historicizante do processo de globalização e do lugar do trabalho nas sociedades industriais contemporâneas, o que supõe, necessariamente, não só um olhar para trás, mas para a construção do futuro dos sujeitos e das sociedades, tomados não como finitudes, mas como abertura de possibilidades.

* Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da UFBA (1971-1992). É Pesquisadora Associada do CREDAL/CNRS - Laboratório Associado à Universidade de Paris III - e do CRH-UFBA e Editora do Caderno CRH.

¹ Efetivamente a questão do trabalho tem nucleado uma extensa e rica produção institucional, no C-RH/UFBA, em grande parte veiculada ao Caderno CRH, mas também divulgada através de livros de circulação nacional.

Diálogo, enfim, entre **campos interdisciplinares** múltiplos, onde se confrontam teorias e perspectivas plurais originárias da sociologia, da psicologia, dos estudos sobre saúde e sobre meio ambiente, da antropologia, da economia, e mesmo das ciências exatas, como a química, as quais se abrem às diversas dimensões das práticas sociais, organizando-se, também, no plano das relações sociais, políticas, simbólicas e ideológicas, que afetam tanto o indivíduo e as comunidades, quanto as bases materiais e a organização do meio ambiente e social.

A outra marca desses trabalhos diz respeito à **dimensão da crítica**, não tomada como reação doutrinária às utopias ou aos desejos, mas a crítica maior, de uma certa ordem de realidade, que ao revelar suas incongruências, seus constrangimentos e seus efeitos perversos sobre indivíduos e sociedades locais, obriga e estimula a revisão de conceitos, compreensões e práticas.

Assim, os artigos não são artificialmente reunidos mas se constituem em instrumentos analíticos que permitem ilustrar a pluralidade de abordagens sobre o fenômeno da globalização e seus efeitos sobre o trabalho, convergindo para clarificar uma nova concepção da reestruturação das sociedades contemporâneas, nas quais o “social” (enquanto padrão de estruturação das relações sociais) aparece como ordem aproximativa, sempre em mudança. Ou seja, busca-se explicitar algumas transformações em curso na base produtiva e no trabalho industrial que afetam o modelo de produção fordista. E, por outro lado, investigar de que forma estas mudanças se expressam sobre o tecido social.

As análises específicas permitem avaliar as singularidades de situações, seja pelos efeitos que a instauração do processo de reestruturação produtiva acarreta sobre os trabalhadores e sobre as empresas (DRUCK; MOTTA e CERQUEIRA FILHO); seja pelos riscos que a homogeneidade ou a transferência de tecnologia, sem a devida reflexão crítica, incidem sobre as sociedades locais, nos países em que os direitos sociais estão fragilmente instaurados.(CAVALCANTI; CASTLEMAN e FERREIRA MARQUES).

Nestas abordagens os constrangimentos estruturais se impõem predominantemente, revelando o caráter contraditório e os riscos que a integração internacional do comércio contém, mostrando até que ponto a

relação de externalidade das sociedades nacionais e locais são afetadas pela “lógica global”.

Esta economia dos fluxos globais, mediatizada pela rapidez das telecomunicações, não pode, no entanto, ser desvinculada dos territórios ou dos lugares onde eles se apoiam. Sem negar a distância criada entre o processo globalizado e a vida das empresas e sociedades locais, VELTZ (1996) contradiz a imagem dos fluxos como processo independente dos “lugares”, vez que o território participa da reprodução econômica como matriz da organização e das interações sociais e não somente como estoque de recursos. Aí a dinâmica da competitividade é **seletiva**, determinando uma concentração de riqueza e poder nas grandes metrópoles e no âmbito de arquipélagos-redes regionais, criando novos patamares da desigualdade entre regiões, países e segmentos sociais, já que os investimentos internacionais convergem, sobretudo, para os países mais ricos e neles para os grandes pólos urbanos (VELTZ, 1996, p.8).

De fato, as análises específicas que tratam das transformações no âmbito interno da gestão do trabalho fabril no padrão pós-fordista (MOTTA; CARQUEIRA FILHO) ou da integração de regiões de produção agroindustriais na dinâmica da globalização (CAVALCANTI) revelam, igualmente, a coexistência de processos e ajustes que contêm elementos próprios a diferentes tradições de trabalho, os quais ao impactuarem sobre os trabalhadores ou sobre regiões de produção localizadas, aprofundam desigualdades regionais e sociais, fragilizando o trabalhador e agravando o sofrimento no trabalho, como efeito das novas condições de coercitividade sobre a força de trabalho. FERNANDES, em seu artigo, percorre diversas vertentes teóricas que refletem sobre os fatores analíticos de **desgaste da força de trabalho**, as quais oferecem possibilidades de explicitação dos elos entre trabalho e saúde do trabalhador.

O fundamental é que o conjunto das problemáticas analisadas sobre o processo de globalização em curso reintroduz, com força, o debate sobre a importância dos sujeitos sociais (é o que coloca, muito apropriadamente, o texto de DRUCK) e das relações necessárias entre o econômico e o político.

A rapidez das mudanças promovidas pela integração dos mercados mundiais revela o caráter dinâmico e fluido das novas configurações e

ações sociais, que se instauram num contínuo refazer, determinando novos sentidos ao padrão de solidariedade e da ação coletiva, fazendo reaparecer o “social” como ordem em mudança².

Efetivamente, a natureza dos fluxos econômicos em redes, a formação dos blocos regionais e a importância de criação de competências coletivas para operar sistemas técnicos altamente sofisticados - como a informática e as telecomunicações -, reorientam a matriz produtiva e social para uma modalidade de articulação onde, em princípio, importam mais os processos **cooperativos** (interempresas e entre produtores independentes e empresas), portanto um padrão de relação social de tipo **horizontal** que as clássicas relações de tipo **vertical** próprias ao padrão taylorista.

Este jogo de integração e associação entre agentes produtivos em diversas escalas, no entanto, não tem significado um aperfeiçoamento de relações de equidade entre agentes ou a redução das condições de exploração da força de trabalho. Muito ao contrário, nos países em que o processo de cidadania não se completou, este novo padrão tem resultado no enfraquecimento da força política dos trabalhadores, na perda dos direitos sociais e numa intensificação do uso da força de trabalho.

Sem desconhecer a força e a rapidez com que estes novos processos se produzem, fazem-se e desfazem-se, uma questão se impõe como prioritária à análise: **saber se é possível isolar-se o processo da globalização dos sujeitos que o produz, da moral e da ética que o orienta, para percebê-lo como simples sistema, ou como uma racionalidade auto-referida?**

A história contemporânea é reveladora da complexidade deste novo “social”. O caráter inovador e dinâmico das mudanças afeta as crenças, compromete as visões de futuro e afeta a coesão social. Estas mudanças tornam a vulnerabilidade dos vínculos sociais mais aparentes, afetando sobremaneira o sentimento de pertencimento social e a compreensão do **trabalho** e da **Nação** como lugares de constituição das identidades sociais³. Nesta linha pode-se indicar alguns fatores constitutivos desta

² Ver, a propósito, MARTUCELLI (1992)

³ Ibidem . Ver, também, CASTEL (1991).

ruptura: o fenômeno massivo do desemprego estrutural e a crise do Estado de bem estar nas suas funções redistributivas e como provedor da seguridade social.

Em realidade, nas sociedades industriais, o “social” se construiu em torno do **trabalho**, percebido como **referência básica** pela qual os indivíduos situavam o seu **lugar social** (a partir das relações de produção) e construíam sua identidade social e coletiva. O texto de LIMA, J., neste número, reconstitui, através de um estudo de caso, a dimensão do trabalho e da família como **lugares de construção de sociabilidades básicas** dos indivíduos e grupos sociais. Esta centralidade na estruturação do social ligava-se à capacidade do movimento operário de integrar e articular interesses mais amplos da sociedade e à capacidade do Estado em regular e administrar o conflito desses interesses divergentes. Assim, estas sociedades se estruturaram sobre uma **tensão** permanente entre a **organização da defesa da sociedade** (que contou com o apoio das classes trabalhadores) e a **regulação dos mercados**.

Neste sentido, poderia-se dizer que a saída neo-liberal contemporânea, adotada como política por inúmeros governos, constitui-se como versão institucionalizada desta tensão, a sua resolução, encaminhada com a vitória do mercado sobre a sociedade, no plano de uma dinâmica de acumulação internacional sem fronteiras e sob a hegemonia do capital financeiro.

Mas, o que tem de novidade nesta nova ordem de acumulação mundial? Sem pretender um maior aprofundamento sobre o assunto, pode-se caracterizar este novo padrão de acumulação do capital pelo impacto de tecnologias sobre o sistema de mercado em escala mundial, baseado no avanço das telecomunicações e implicando em políticas de desregulamentação (abertura de fronteiras nacionais) que permitem, desta forma, o livre fluxo do comércio e dos capitais. Constitui-se, assim, no fenômeno mais importante dessa época, com mudanças que comprimem a dimensão do tempo e afetam a distância entre lugares⁴.

GIDDENS (1996), ultrapassando uma percepção estritamente econômica deste fenômeno, identifica a rapidez do “efeito à distância”, como o

⁴ Ver VELTZ (1996)

elemento inovador que caracteriza a crescente interpenetração existente entre a vida individual e as opções futuras em escala mundial. Efeito que as ações efetivadas em lugares muito distantes podem exercer sobre as vidas locais. Mudanças que impactuam nas vidas pessoais dos indivíduos, nos âmbitos locais, como também nos sistemas mundiais, mas que não operam numa única direção (da integração). São profundamente contraditórias: em alguns casos gera solidariedades, a exemplo da formação de novos blocos econômicos entre países; em outros destrói, gerando processos de exclusão e fragmentação social, sobre países, grupos de indivíduos e regiões.

Este novo processo de acumulação implica em movimentos de reestruturação produtiva cuja lógica se volta sobretudo para administração da crise do modelo (fordista) através de dois movimentos básicos: uma **maior concentração** de capitais, através das operações de fusões entre empresas, reforçando as parcelas mais fortes do mercado, ou seja, o monopólio; e, aliado a este, uma **política de contração do emprego**, transformando a dinâmica da exclusão e o desemprego nas maiores questões das sociedades contemporâneas, dadas as proporções e gravidade do processo de dissociação social que o acompanha⁵.

Ou seja, a lógica anterior vigente nas economias assentadas no padrão fordista, voltava-se para a extensão do valor e da riqueza e supunha valores éticos de solidariedade, na administração do conflito e da exploração sobre a força de trabalho, tanto no âmbito das classes trabalhadoras, quanto na formação de um pacto social mais amplo, institucionalizado nas estruturas mediadoras e representativas dos interesses coletivos (Sindicatos, Partidos e instituições governamentais). Supunha, portanto, estímulos e engajamentos que considerava projetos coletivos, forjadores de certa coesão social.

Hoje, observa-se a desestruturação dessas formas clássicas de solidariedade (trabalho, sindicato, Nação) com fraturas dos vínculos entre indivíduos e comunidade, reforçando engajamentos de caráter personalista e “egoísta”, com enormes dificuldades de costura da coesão social. As referências deixam de ser a produção da riqueza e a construção das bases materiais da vida para privilegiar o jogo impessoal das bolsas de

⁵ CASTEL (1991) analisa este como “*desaffiliation*”

valores, na determinação instável dos preços dos papéis e das moedas. Neste mecanismo de reprodução a **dimensão de futuro** e o ideal de Nação, pelos quais se estruturam os projetos e se instauram valores coletivos, ficam reduzidos a um jogo de riscos e de apostas, cujo objetivo imediato é derrubar operações, lutar contra moedas e governos. Esta é a lógica da reprodução financeira globalizada e ultraliberalizante. Esta é, também, a lógica pela qual os Estados-nações têm reorientado sua ação através das políticas monetaristas e as reformas institucionais. E o que é mais grave: ela opera através de sistemas de telecomunicações que não obedecem a institucionalização de quaisquer tipos de controle, diluindo a responsabilidade dos sujeitos sociais.

Este processo, no entanto, envolve inúmeras contradições. Em **primeiro** lugar, observa-se que quanto mais a lógica impessoal do contrato mercantil em escala global se impõe universalmente, a lógica das empresas resulta em maior concreção das cooperações no âmbito dos locais e na mobilização de recursos “extra-econômicos” necessários à constituição das competências técnicas coletivas. Em **segundo** lugar, a dinâmica da economia gera uma tensão na temporalidade da competição nos mercados (em grande velocidade) e a temporalidade na criação das condições “extra-econômicas” nas quais importa a constituição de conhecimentos, acordos e confiança entre sujeitos sociais⁶. Em **terceiro** lugar, e este o grande paradoxo, nas sociedades em desenvolvimento, a grande maioria dos indivíduos encontra-se fora das condições de competitividade dos mercados, sem possibilidades imediatas de se integrar neste novo padrão de cooperação e solidariedade para a construção da formação dessas novas competências.

Resta indagar: **que efeitos este padrão de engajamento arbitrário aos mercados cria sobre o “ethos” da vida social e da política?**

A resposta a estas questões constitui-se em eixo reflexivo e articulador do debate que pretendemos instaurar no interior do CADERNO CRH, assumida, de forma mais explícita, a partir deste número. O ponto de partida de sua investigação, no entanto, implica em reconhecer **dois níveis de análises** sobre esta nova ordem: o entendimento de que este processo tanto é um **sistema de acumulação** internacional, hegemônico

⁶ Ver VELTZ (1996)

nizado pelo capital financeiro internacional, quanto é, também, uma **representação cognitiva** acêntrica da sociedade, que orienta crenças (favoráveis ou desfavoráveis) atuando como guia na ação dos atores sociais, governos e instâncias políticas internacionais⁷.

Enquanto crença favorável - pensamento dominante - esta idéia leva à ilusão da equidade das trocas entre blocos e a uma suposta democratização das oportunidades entre países e segmentos sociais, pelo acesso fácil à informação globalizada. Desta forma a globalização é percebida como dado inexorável da realidade, cuja magnitude impossibilita qualquer reação crítica, sob pena de, supostamente, obstacularizar-se a reprodução econômica iminente e colocarmo-nos “fora” deste processo.

A fetichização deste mercado de títulos e papéis se traduz na impessoalidade das transações, das relações de poder e de exploração, diluindo-se as responsabilidades institucionais e o papel dos atores. A rapidez e a magnitude das transações reforça, assim, a idéia de um “social” desterritorializado - sem matéria, a partir de relações que não seriam mais inscritas localmente, apesar das alterações radicais no próprio tecido social. Conseqüentemente, a sociedade deixa de ser um “fato de consciência”⁸ para ser reduzida a um sistema de redes, a uma racionalidade mecânica.

As reflexões aqui apresentadas mostram, inversamente, que a globalização como processo não pode ser tomada como crença inexorável, nem que as sociedades podem ser reduzidas à única dimensão auto-determinante do mercado global. Sem deixar de reconhecer o imperativo das ações globalizadas e a contraposição da versatilidade e recomposição das ações nas escalas regionais e locais, existem inúmeros **possíveis** a partir dos quais os atores podem orientar o futuro. Refletir sobre

⁷ GIDDENS (1996) caracteriza três tendências ideológicas neste processo: (i) a dos **hiperglobalizadores**, que entende o processo como expansão do mercado em termos mundiais, cujo avanço implica em perda do poder dos Estados-nação. Desta perspectiva as questões políticas de todo o mundo estariam relacionadas a esta perda de poder. Ideologia em voga no setor empresarial transnacional - Obra básica - Konichi Ohmae - “The Borderless World”; (ii) **os ascéticos da globalização**, que contra argumentam, afirmando que a dinâmica do mercado internacional se desenvolveu mais na volta do século que agora. Esta tese agrada à esquerda vez que o Estado de Bem Estar pode permanecer intacto, preservando-se o aparato tradicional da democracia social, assim como um certo grau de poder econômico nacional. Autores básicos: Paul Hirst y Grahame Thompson “Globalization in Question”; (iii) **a própria posição de Giddens**, - que reconhece a novidade do fenômeno e caracteriza a natureza contraditória do processo, implicando tanto na geração de solidariedades mas também em fraturas e fragmentação conforme a área geográfica em que se insiram. O que distingue a fase atual das anteriores é que nada mais a controla.

⁸ Cf. L. DUMOND, cit. por MARTUCCIELI (1992, p.369)

essas possibilidades é o papel que cabe às Universidades enquanto centros reflexivos de seu tempo, de sua cultura e de seu país⁹.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTEL, Robert.

1991 De l'indigence à l' exclusion, la desaffiliation. In: J. DONZELOT (org). **Face à l' exclusion**. Paris. Ed. Esprit, p.137-168.

GIDDENS, Antony

1996 Discurso de abertura da Conferência "Mundialização e Cidadania" UNRISD **INFORMA** n.15, p.4-5.

MARTUCCELLI, Danilo

1992 A questão do Social. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v. XCI-II, jul/dez., p 367.

ROSANVALON, P.

1989 **Le Libéralisme Economique**. Paris, Seuil.

VELTZ, P.

1996 **Mondialisation, villes et territoires** (l'Economie d'archipel). Paris: PUF, 262p.

⁹ É a mensagem de BROTAS, A. na sessão "Pontos de Vista".